



SAUSP.DOC

NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2021.

Fotografias em arquivos: processo descritivo e acessibilidade

Elisa Maria Lopes Chaves¹

Fotografia: histórico

A historicidade da fotografia em si, ou seja, do processo fotográfico, remonta ao século XIX, ao ano de 1839 na França, com o daguerreótipo², primeiro processo fotográfico inventado³. O processo fotográfico - conjunto de procedimentos e processos químicos e fotoquímicos que conduzem à produção de uma fotografia – seguiu, até meados do século XX, com a materialização física em suportes baseados em formatos como negativos, fotografias e diapositivos. A partir da década de 1960, sua transformação tecnológica levaria, ao longo dos anos, à fotografia digital e, com ela, à imagem sem necessidade de materialização em um suporte.



Fonte: *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*

No século XXI o desenvolvimento da fotografia digital seguiu com a profusão dos telefones móveis com câmeras fotográficas e, principalmente, com a sua massificação na internet. A propagação e a facilidade em se produzir, obter e difundir imagens fez com que essas mudanças chegassem à realidade dos arquivos, tanto pelo volume de imagens digitais produzidas, como pela dificuldade de preservação e anseio dos usuários no acesso rápido a essas imagens.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP (Campus Marília). Analista de Difusão e Produção do Conhecimento no Centro Sérgio Buarque de Holanda.

² No mesmo período, outros igualmente reclamaram para si a invenção da fotografia, como a invenção do calótipo, pelo inglês William Henry Fox Talbot.

³ Sobre o tema existem estudos que comprovam a realização de experimentos precursores de Hercule Florence, com métodos de “impressão pela luz”, por volta de 1833. Destaque para o estudo disponível no livro de Boris Kossoy, “Hercule Florence: a descoberta isolada da fotografia no Brasil”, 2003.

Fotografia como documento arquivístico

Para a autora Heredia Herrera (1991, p. 122), “documento em um sentido bem amplo e genérico é todo o registro de informação, independentemente de seu suporte físico. Abarca tudo que pode transmitir o conhecimento humano: livros, **fotografias**, normas técnicas, partituras, [...]”, ou seja, a fotografia é considerada um documento de arquivo.

Como documento, a fotografia - ou o conjunto fotográfico produzido, acumulado e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas funções e/ou atividades - mantém relação orgânica entre si, podendo ser utilizada como documento probatório e, daí, seu processo de gestão seguir a metodologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Da afirmação da fotografia como documento de arquivo pressupõe-se que, a partir do contexto de produção e de sua trajetória de uso, a imagem documenta uma ação, um fato, fazendo parte – ou não - de um conjunto de documentos fotográficos provenientes da mesma atividade geradora. No processo de comunicar a mensagem do seu produtor, constitui-se como produto do desdobramento de uma função (LACERDA, 2012, p. 295), de maneira que, nos arquivos, as fotografias não podem ser vistas como peças isoladas, com descrições realizadas de forma individual. Deve-se, portanto, problematizar a questão no que se refere à “priorização da identificação de conteúdo imagético e não de sua produção” (MADIO, 2012, p. 55).

Nesta perspectiva, além dos aspectos já apontados, hoje a produção de documentos fotográficos nato digitais ou digitalizados necessitam “obedecer” a parâmetros de formato, qualidade, inserção de metadados que facilitam o seu envio ao arquivo para gestão e principalmente a preservação e difusão.

Preservar e garantir a autenticidade do documento fotográfico é um desafio para o arquivo, que tem de garantir seu valor documental. O autor Iglesias Franch (2008, p. 112, tradução nossa) aponta que “a situação em relação à fotografia analógica não muda muito [...]. No entanto, o conhecimento do contexto produtivo continua a ser o fator mais importante a favor da autenticidade dos documentos”.

Organização dos documentos fotográficos: descrição arquivística

A organização dos documentos fotográficos arquivísticos pressupõe um processo descritivo subsidiado pelas ações de identificação e classificação dos documentos para difusão, de forma que, ao inserir o documento na estrutura do Fundo ao qual aquele documento pertence, visa garantir os fundamentos básicos do tratamento arquivístico.

Segundo Bellotto (2012, p. 179), o tratamento arquivístico torna a documentação organizada e lógica, mas a descrição é a única maneira de possibilitar que as informações contidas nas séries e itens documentais cheguem até os pesquisadores. A descrição arquivística compreende uma sequência lógica de operações, com a sistematização das informações mediante estruturas descritivas, preferencialmente sobre uma base de dados. Para tal finalidade as normas de descrição arquivística desempenham um papel importante.

Norma de descrição arquivística - ISAD(G)

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) contém regras gerais para as descrições arquivísticas aplicáveis em documentos em qualquer formato ou suporte (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

O autor André Ancona Lopez (2002, p. 14) destaca que a norma ISAD(G) propõe padronizar a descrição arquivística por meio do sistema multinível (do nível mais genérico ao mais específico): assim, a descrição se faz obedecendo à estrutura do Fundo até chegar ao item documental, intimamente ligado ao princípio da proveniência⁴. Ainda para o autor, a importância de um instrumento como a ISAD(G) para a comunidade arquivística é potencializada pelo avanço da informática no mundo. A padronização contribui para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a difusão da informação (ANCONA LOPEZ, 2002, p. 16).

No ambiente virtual a padronização da descrição garante a interoperabilidade, a capacidade de intercâmbio e compartilhamento de dados com os outros sistemas. O esforço da padronização de informações deve ser prestigiado nas instituições locais e internacionais, de acordo com Kossoy (2001, p. 90), “pelos benefícios evidentes para a pesquisa histórica e o intercâmbio cultural”.

No caso do documento fotográfico é importante salientar que a Norma não contempla suas particularidades, e nesses documentos frequentemente as informações de contextualização são escassas, ou mesmo inexistentes. Acrescenta-se a isso o fato de que, no contexto dos documentos fotográficos, muitas informações são específicas, principalmente aquelas relacionadas às suas características físicas, técnicas e de conteúdo (REZENDE; ANCONA LOPEZ, 2014, p. 4). No entanto, mesmo que tais elementos não sejam contemplados na Norma, é possível adaptar essas informações aos campos existentes.

Considerando as especificidades do documento fotográfico e as ferramentas de descrição em sistemas informatizados, é importante destacar o uso dos metadados na descrição arquivística.

Os metadados normalmente são os dados transcritos diretamente do documento e que são reagrupados em um esquema visando à representação para difusão. Os metadados são a ferramenta que viabiliza a aplicação da descrição arquivística e das informações para o ambiente virtual, por meio das bases de dados.

Metadados

No domínio arquivístico os esquemas de metadados foram constituídos sobre princípios e teorias arquivísticas. Os arquivos utilizam esquemas de metadados baseados em normas arquivísticas como a ISAD(G) e ISAAR-CPF⁵, ou com o objetivo de preservação, tais como o METS⁶ e PREMIS⁷.

De acordo com Fusco (apud SANTOS, 2018, p. 96), “o objetivo principal dos metadados é estabelecer um grau de normalização, padronização e representação descritiva dos dados informacionais, favorecendo a compatibilidade e compartilhamento de dados”.

Quanto maior o número de metadados, ou seja, de informações coletadas e sistematizadas relacionadas ao documento, como produção, identificação de pessoas, locais, descrição de conteúdo, direitos autorais e acesso, mais se auxiliará na recuperação da informação e da autenticidade dos documentos.

Neste sentido, ao longo da vida do documento, de sua produção até sua destinação final

⁴ Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 61).

⁵ Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias.

⁶ “Metadata Encoding & Transmission Standard” (Padrão de Codificação e Transmissão de Metadados).

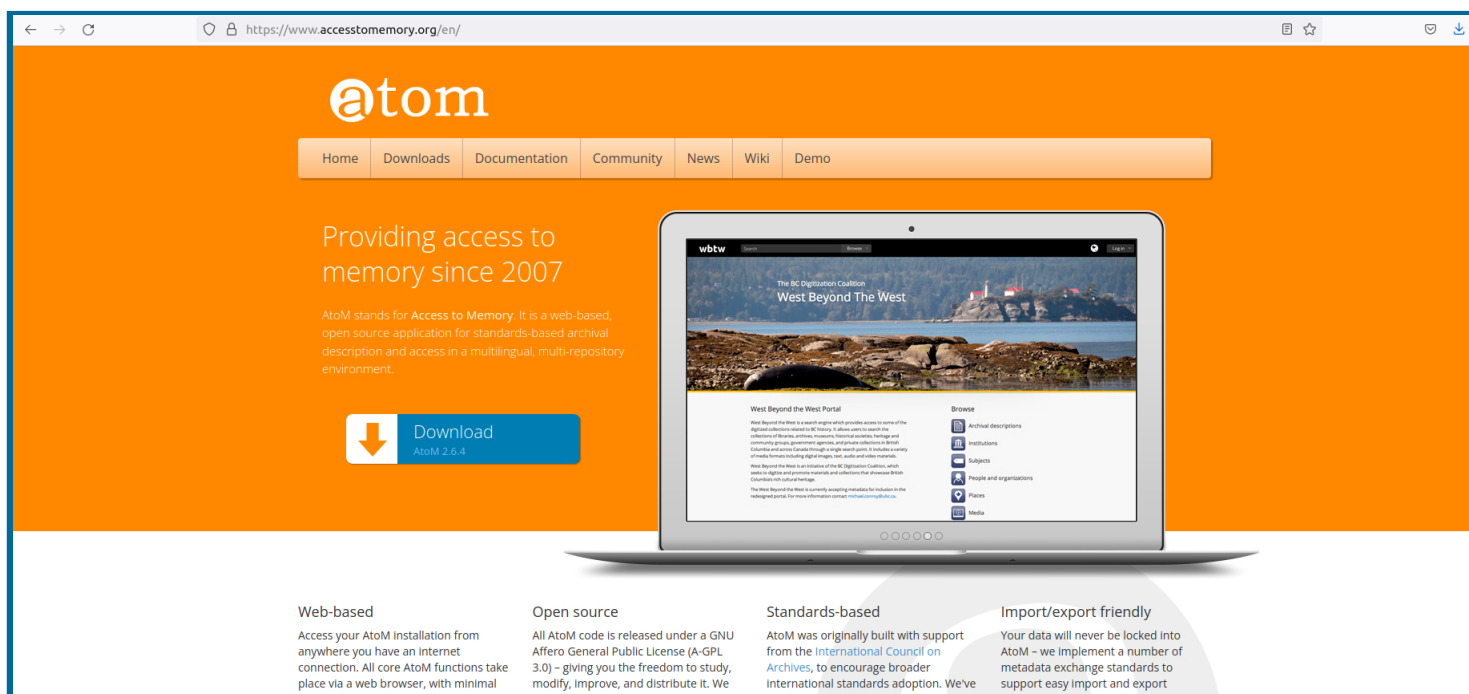
⁷ “Preservation metadata: implementation strategies” (Metadados de preservação: implementação de estratégias).

(eliminação ou guarda), novos tipos de metadados serão agregados (ALVES, 2016, p. 101). Neste contexto, os metadados se caracterizam como inerentes ao ciclo de vida dos documentos nos arquivos.

Conforme estudos de Luz e Flores (2017, p. 171), no ambiente digital o ciclo de vida do documento dá-se na produção do documento através dos Sistemas Informatizados para a Gestão Arquivística de Documentos – SIGADs. Os SIGADs contemplam as primeiras fases dos documentos (arquivo corrente e intermediário), o Repositório Digital Arquivístico - RDC-Arq contempla a fase de preservação, como Ambiente de Preservação Digital representado pelo Archivemática, ou qualquer outro sistema que venha a atender aos requisitos arquivísticos e ferramentas como o AtoM servem como Plataforma de Descrição, Acesso e Difusão.

AtoM

Para aplicação das normas arquivísticas no ambiente digital, o Conselho Internacional de Arquivos, baseado na ISAD(G), criou a ferramenta ICA-AtoM, que se refere ao International Council on Archives [ICA] e AtoM, acrônimo de Access to Memory.



Fonte: AtoM

O AtoM é um aplicativo de descrição arquivística integralmente voltado para *web*, multilíngue, e está em conformidade com as normas internacionais de descrição arquivística, tais como ISAD-G, ISAAR-CPF, além de dar apoio a outros padrões de metadados. Possui também interface com repositórios digitais e pode ser utilizado como um catálogo multi-institucional. Esta ferramenta se constitui como plataforma representativa da última fase do ciclo de vida do documento para o acesso aos documentos permanentes.

O AtoM é um *software* livre que pode ser customizado: possui o código aberto e trabalha com sistemas também *open source*. Segundo Flores (2016, p. 37):

É uma potencialidade, ademais do acesso, a difusão ativa através do AtoM, o qual pode ser utilizado tanto para os nato digitais, como para uma digitalização autenticada, ou representantes digitais, ou mesmo sem a adoção de objetos digitais, mas como plataforma institucional dos Arquivos, para *websites* e sistemas e plataformas de acesso a longo prazo abrindo um leque de possibilidades, de investigação científica e de implementação de políticas arquivísticas através da curadoria digital em arquivos.

A análise da ferramenta AtoM para descrição de documentos fotográficos mostrou ser uma ferramenta específica para documentos arquivísticos, “adaptável” às particularidades dos documentos fotográficos. As especificidades mais notáveis na descrição de documentos fotográficos, em detrimento de outros gêneros documentais, são as informações técnicas, tanto do suporte físico quanto dos elementos do documento digital. Por isso, esses elementos podem ser avaliados e identificados nos demais campos de descrição disponíveis no AtoM.

Considerações finais

Utilizamos a fotografia como documento arquivístico tratado a partir das perspectivas informacionais de produção e probatórias, diferente das coleções fotográficas organizadas seguindo o conteúdo das imagens, quase sempre temáticas, encontradas em bibliotecas, museus e centros de memória.

A informatização trouxe novas possibilidades de uso do documento fotográfico arquivístico, de modo que novos recursos se fazem necessários para viabilização de seu conteúdo informacional de forma padronizada, obedecendo aos princípios arquivísticos, como o uso de padrões de metadados.

Assim, vimos ao longo do texto a importância do tratamento arquivístico no processo de descrição dos documentos fotográficos e das normas de descrição arquivística, como a ISAD(G) e de sua aplicação para a web com o uso do AtoM, de modo que as funções da plataforma de acesso devem ser assimiladas pensando-se em todas as fases de documentos de um arquivo, considerando seu ciclo de vida e, principalmente, sua preservação.

Indicamos o uso de uma ferramenta criada para a utilização em arquivos e, como pontos favoráveis, destacamos se tratar de uma aplicação bastante dinâmica, consolidada e de código aberto, constantemente atualizada. A cooperação e intercâmbio entre as instituições e a padronização da descrição com foco no acesso pelo usuário/pesquisador também são beneficiadas com uma ferramenta de acesso mais compatível ao processo de pesquisa.

Este boletim buscou ressaltar os principais avanços da pesquisa que foram desenvolvidos na dissertação de mestrado “**Descrição arquivística de documentos fotográficos em sistemas informatizados**”, disponível no Banco de Teses da USP: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27163/tde-26022019-170852/pt-br.php>. Para informações mais atualizadas sobre a ferramenta AtoM, verificar o site do AtoM no Brasil: <https://observatoriodocume.wixsite.com/atomnobrasil>.

Bibliografia

ALVES, Rachel Cristina Vesu. Metadados para representação e recuperação da informação em ambiente web. *In*: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 4., 2016, São Paulo. **Informação digital como patrimônio cultural**. Organização Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2017. p. 95-106.

ANCONA LOPEZ, André Porto. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial. 2002. (Projeto como fazer, n. 6).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, n. 51).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (org.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

FLORES, Daniel. A adoção do AtoM (ICA-AtoM) para descrição, difusão e acesso de documentos arquivísticos e as perspectivas da preservação digital e autenticidade com sua interconexão aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq. *In*: SEMINÁRIO AtoM: Work in Progress, 2015, Algarve. **Actas**. Algarve, 2016. p. 28-37. Disponível em: http://www.academia.edu/29891983/Actas_do_SeminC3%A1rio_AtoM_Work_in_Progress_ICA-AtoM_-_Grupo_de_trabalho_AtoM_da_Red_e_de_Arquivos_do_Algarve_RAalg. Acesso em: 16 set. 2021.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

IGLESIAS FRANCH, David. **La fotografía digital en los archivos**: que es y cómo se trata. Asturias: Ediciones Trea, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LACERDA, Aline Lopes. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **Revista História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 19, n. 1, p. 283-302, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxxJRfLj65nGbDgQPfnh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2021.

LUZ, Charley; FLORES, Daniel. Cadeia de custódia e de preservação: autenticidade nas plataformas de gestão e preservação de documentos arquivísticos. *In*: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 4., 2016, São Paulo. Organização Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli. **Informação digital como patrimônio cultural**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2017. p. 171-185.

MADIO, Telma Carvalho. Uma discussão de documentos fotográficos em ambiente de arquivo. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 55-68. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

REZENDE, Darcilene Sena; ANCONA LOPEZ, André Porto. Adecuación de la descripción archivística de documentos fotográficos a estándares internacionales. Girona: Arxius i Industries Culturals, 2014. Disponível em: <https://www.girona.cat/web/ica2014/ponents/textos/id164.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

SANTOS, Júlia Mendes Pestana dos. **Metadados**: a recuperação de imagens digitais baseada em conteúdo. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

Texto: Elisa Maria Lopes Chaves
Imagens: Fonte: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.
Disponível em: <<https://www.iccrom.org/resources/records-and-archives>> Acesso em dez. 2021.
Fonte: AtoM. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/en/>> Acesso em dez. 2021.
Diagramação: Victor Shirai

Informe de eliminação e recolhimento de documentos

A Lista de Eliminação de Documentos 01/2021 do PUSP-SC foi publicada no D.O.E de 09 de novembro de 2021. Foram eliminados 10 metros lineares de documentos.

Em 27 de outubro de 2021, por meio do Termo de Recolhimento 01/2021 da RUSP/DFCONGE-01, foram recolhidos 1,5 metros lineares de documentos ao Arquivo Geral da USP.

Eliminação realizada de acordo com a versão atualizada da Tabela de Temporalidade de Documentos da USP. Atualização dos Instrumentos de Gestão do SAUSP (Plano de Classificação de Atividades e Tabela de Temporalidade de Documentos) publicada em DOE de 27 de fevereiro de 2021.

**A Equipe do
Arquivo Geral
da USP
deseja a todos
Boas Festas!**